



**Prefeitura Municipal de Alegre**  
Estado do Espírito Santo  
*Secretaria Municipal de Administração*

**LEI Nº 3.488/2018**

**DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, GERIDO PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES – IPASMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que, a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias, referentes à diferença de Alíquota Suplementar, devidas e não repassadas pelo Município (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências Abril/2017 a Outubro/2017, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008.

**Parágrafo Único** - É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

**Art. 2º** - Para apuração do montante devido a serem parcelados os valores originais serão atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

**Art. 3º** - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

**Art. 4º** - As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

*N*



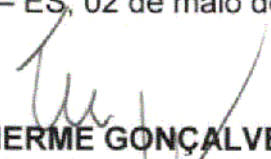
**Prefeitura Municipal de Alegre**  
**Estado do Espírito Santo**  
*Secretaria Municipal de Administração*

**Art. 5º** - Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

**Parágrafo Único** - A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam - se as disposições em contrário.

Alegre – ES, 02 de maio de 2018.

  
**JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR**  
Prefeito Municipal





# DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL  
DOS PODERES  
DO ESTADO

www.dio.es.gov.br

Vitória (ES), Sexta-feira, 04 de Maio de 2018

Edição Nº24727

## DIVERSOS

### Prefeituras

#### Alegre

##### LEI Nº 3.488/2018

**DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, GERIDO PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES - IPASMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que, a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias, referentes à diferença de Alíquota Suplementar, devidas e não repassadas pelo Município (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências Abril/2017 a Outubro/2017, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008.

**Parágrafo Único** - É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

**Art. 2º** - Para apuração do montante devido a serem parcelados os valores originais serão atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

**Art. 3º** - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

**Art. 4º** - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por

cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

**Art. 5º** - Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

**Parágrafo Único** - A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de maio de 2018.

**JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR**  
Prefeito Municipal

Protocolo 394618

##### DECRETO Nº 10.941/2018

Concede aposentadoria a servidora pública municipal **GLEIDE GONÇALVES MORET**, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que o cargo lhe confere,

##### DECRETA:

**Art. 1º** - Fica concedida aposentadoria voluntária integral, a servidora **GLEIDE GONÇALVES MORET**, no cargo estatutário de Auxiliar de Administração Municipal, Padrão I, Referência XIV, em conformidade com o art. 40, §1º, inciso III, alínea "a", da CF/88 e concomitantemente com art. 3º, incisos de I a III e seu parágrafo único, da EC 47/2005, com proventos iguais à última remuneração e paridade, de acordo com Processo Administrativo nº 2095/2018.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Alegre (ES), 02 de maio de 2018.

**JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR**  
Prefeito Municipal

**SIMONE APARECIDA MANOEL CORRENTE**

Secretária Municipal de Educação

**JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA**

Diretora Executiva do IPASMA

Protocolo 394670

##### DECRETO Nº 10.942/2018

Concede aposentadoria a servidora pública municipal **ANÉLIA MARIA DE OLIVEIRA**, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso

das atribuições que o cargo lhe confere,

##### DECRETA:

**Art. 1º** - Fica concedida aposentadoria voluntária por idade, proporcional ao tempo de contribuição, a servidora **ANÉLIA MARIA DE OLIVEIRA**, no cargo estatutário de Auxiliar de Enfermagem, Padrão F, Referência IV, com base no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da CF/88 e, em conformidade com a EC 41/2003, como consta do Processo Administrativo nº 1534/2018.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Alegre (ES), 02 de maio de 2018.

**JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR**  
Prefeito Municipal

**ADALBERTO LOUZADA ROCHA**  
Secretário Municipal de Saúde

**JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA**

Diretora Executiva do IPASMA

Protocolo 394678

##### DECRETO Nº 10.943/2018

Concede aposentadoria a servidora pública municipal **CLEIDE DO CARMO**, e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que o cargo lhe confere,

##### DECRETA:

**Art. 1º** - Fica concedida aposentadoria voluntária integral, a servidora **CLEIDE DO CARMO**, no cargo estatutário de Professor PA, Padrão 5, Referência I, em conformidade com o art. 40, §1º, inciso III, alínea "a", da CF/88 e concomitantemente com art. 6º, da EC 41/2003, com proventos iguais à última remuneração e paridade, de acordo com Processo Administrativo nº 969/2018.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Alegre (ES), 02 de maio de 2018.

**JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR**  
Prefeito Municipal

**SIMONE APARECIDA MANOEL CORRENTE**

Secretária Municipal de Educação

**JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA**

Diretora Executiva do IPASMA

Protocolo 394681

##### EXTRATO DE RESCISÃO

##### CONTRATO Nº 008/2018

**CONTRATADA:**  
ANA LUCIA SALVADOR PEREIRA  
- CPF nº 039.289.907-80

**CONTRATANTE:**  
MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES.

**DO OBJETO:** O presente termo tem por objeto a RESCISÃO TOTAL e AMIGAVEL do Cont. 008/2018, por acordo entre as partes.

Alegre/ES, 20 de Abril de 2018.

**José Guilherme G. Aguiar**

Prefeito Municipal

Protocolo 394655

##### EXTRATO DE RESCISÃO

##### CONTRATO Nº 044/2017

##### CONTRATADO:

AULER SAMUEL DA ROSA

- CPF nº 015.329.047-11

##### CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES.

**DO OBJETO:** O presente termo tem por objeto a RESCISÃO TOTAL e AMIGAVEL do Cont. 044/2017, por acordo entre as partes.

Alegre/ES, 18 de Abril de 2018.

**José Guilherme G. Aguiar**

Prefeito Municipal

Protocolo 394657

##### EXTRATO DE RESCISÃO

##### CONTRATO Nº 095/2017

##### CONTRATADA:

MARIA ELY DE OLIVEIRA MORAIS

- CPF nº 014.077.907-81

##### CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES.

**DO OBJETO:** O presente termo tem por objeto a RESCISÃO TOTAL e AMIGAVEL do Cont. 095/2017, por acordo entre as partes.

Alegre/ES, 10 de Abril de 2018.

**José Guilherme G. Aguiar**

Prefeito Municipal

Protocolo 394660

##### O MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES DIVULGA

##### EXTRATO DE RESCISÃO

##### CONTRATO Nº 062/2015

##### MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

Pregão Presencial 023/15 (Rep. I)

##### CONTRATADA:

LESTESUL CONSTRUTORA E TRANSPORTES LTDA - ME

- CNPJ nº 06.184.612/0001-68.

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE-ES.

- O presente termo tem por objeto a RESCISÃO AMIGAVEL do Contrato nº 062/2015 oriundo do Pregão Presencial nº 023/2015 (Rep. I), a contar da presente data, conforme informações coligidas para os autos do Proc. Nº 2150 de 16/04/2018.

- A presente rescisão se dá por comum acordo entre as partes, de forma amigável, mediante o presente INSTRUMENTO, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Alegre/ES, 19 de Abril de 2018.

**José Guilherme G. Aguiar**

Prefeito Municipal

Protocolo 394663